



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 113

QUINTA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 182ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE SETEMBRO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — I Simpósio Político Social e Econômico da ARENA, realizado em Rio Branco — AC.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Manifestação recebida sobre projeto de lei de sua autoria, que regulariza a venda de soda cáustica para uso doméstico

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Necessidade de dotar a Amazônia de transportes regulares, contínuo e moderno. Publicação do jornal *Correio Braziliense*, sobre as atividades desenvolvidas pelo Projeto RADAM no Estado do Amazonas. Ludibriação que sofre o consumidor brasileiro no preço, no preço e na qualidade dos produtos adquiridos nas grandes cidades do País

DEPUTADO DASO COIMBRA — Considerações sobre o próximo pleito municipal na cidade de Niterói — RJ.

DEPUTADO GERALDO FREIRE — Necrológio do Professor Paulo Camilo de Oliveira Penna

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Proposição de autoria de S. Exª alterando a Lei do Serviço Militar

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de Sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 30, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Propostas de Emenda à Constituição números: 23, de 1976, que acrescenta dispositivos ao Título V — Disposições Gerais e Transitórias, da Constituição Federal, e 25, de 1976, que altera a redação do art. 103 da Constituição Federal. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

1.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 182ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE SETEMBRO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guomard — José Esteves — Cattete Pinheiro — Henrique de La Rocque — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema —

Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quércia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenor Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossier Almeida — ARENA.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB, Joel Ferreira — MDB

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
<p>EVANDRO MENDES VIANNA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>ARNALDO GOMES Diretor Executivo</p> <p>PAULO AURÉLIO QUINTELLA Diretor Administrativo</p> <p>ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER Diretor Industrial</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL</p> <p style="text-align: center;">Seção II</p> <p style="text-align: center;">Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal.</p> <p style="text-align: center;">ASSINATURAS</p> <p>Via Superfície:</p> <p>Semestre Cr\$ 100,00</p> <p>Ano Cr\$ 200,00</p> <p>Via Aérea:</p> <p>Semestre Cr\$ 200,00</p> <p>Ano Cr\$ 400,00</p> <p style="text-align: center;">(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)</p> <p style="text-align: center;">Tiragem: 3 500 exemplares</p>

Pará

Aladir Nunes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marçílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA. *

Rio Grande do Norte

Pedro Lucena — MDB; Ulysses Potiguar — ARENA.

Paraíba

Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hildérico Oliveira — MDB; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régio — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Henrique Pretti — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Duso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leonidas Sampaio — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Homero Santos — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Vargas — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Melo Freire — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Silvío Abreu Júnior — MDB; Sivaldo Boaventura — ARENA.

São Paulo

Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Giôia Júnior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novais — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Ulysses Guimarães — MDB.

Goias

Adhemar Santillo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Gastão Müller — ARENA; Waldomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Antônio Annibelli — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Fernando Gama — MDB; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB.

Santa Catarina

Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leirão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 193 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Nasser Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, realizou-se, com pleno êxito, em Rio Branco, Capital do meu Estado, o I SIMPÓSIO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO DA ARENA. Tratou-se de uma manifestação de civismo, marcada por sucessos inocultáveis, que definem a própria carta de princípios que inspira o Movimento Revolucionário de 1964.

Figuras destacadas estiveram presentes ao certame, como o Governador do Estado, Prof. Geraldo Mesquita, Vice-Governador, Omar Sabino de Paulo, o Senador José Guimard dos Santos, (ARENA — Acre), Deputado Federal Nina Ribeiro (ARENA — Rio de Janeiro), o magnífico Reitor Áulio Gélvio Alves de Sousa, da Universidade do Acre, além de Secretários de Estado, Universitários e outras figuras da vida pública.

Como representante do povo do Acre nesta Casa, sinto o dever patriótico de evidenciar o espírito público de uma iniciativa que gerou a formação de saudáveis e agitados debates pertinentes à realidade amazônica, e particularmente à realidade acreana.

O Acre, indubitavelmente, por situar-se na parte mais ocidental da Amazônia, esteve — por tanto tempo — distante dos Governos da Nação, quando a Capital Federal localizava-se na cidade do Rio de Janeiro.

O elenco de problemas do Acre, oferecidos à consideração das esferas superiores do regime revolucionário, apresenta uma complexidade sócio-econômica digna da mais profunda análise.

O que me é imposto, como imperativo de um representante acreano no Congresso Nacional, é colocar no mais alto destaque o papel desenvolvido pela ARENA, de modo que este Partido da Revolução possa acionar as correntes de opinião pública, notadamente a juventude, no exame de grandes temas regionais e nacionais.

Os participantes deste Simpósio foram oportunos e coerentes, no exame e na abrangência das questões alinhadas num plano de natural prioridade.

O Governador Geraldo Mesquita, por seu turno, acentou "ser necessário que cada um de nós, arenista, procure demonstrar a verdade, contra-argumentando e buscando oferecer com palavras e fatos o que a Revolução tem feito em favor da comunidade brasileira".

De sua parte, o meu nobre colega, Deputado Nina Ribeiro, deteve-se na análise ao crédito educativo e na defesa do consumidor, temas que, sendo do interesse maior da Revolução, mereceram justos aplausos.

Simpósios desta natureza, realizados no Acre — como tem sido feito em outras unidades da Federação — engrandecem a imagem da ARENA, como mensagem revolucionária.

No ângulo específico do Acre, é imperioso para mim abordar a necessidade da aceleração industrial e agropecuária de meu Estado, como fonte de geração de riquezas e como poder de criação de mercado de empregos, tão imprescindível ao atendimento das reivindicações de progresso da coletividade acreana.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Lauro.

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero registrar nos Anais desta Casa de leis mais uma carta, assinada pelo Sr. Ludovico Rydygier, Presidente do Rotary Club de Curitiba—Mercês, sobre o Projeto de Lei nº 2.811/76, de minha autoria.

Eis o seu teor:

"Curitiba, 14 de setembro de 1976

Exmº Sr. Deputado

Cordiais saudações

O Rotary Club de Curitiba—Mercês, sempre atento não só aos problemas do seu bairro, mas também aos da comunidade em geral, vem há muitos anos dando seu apoio integral a essa obra benemérita que é o Clube da Soda "Hélio Brandão", que cuida de crianças vitimadas pela ingestão acidental da **soda cáustica**.

Por iniciativa espontânea do Exmº Sr. Deputado Federal Pedro Lauro, do Paraná, foi apresentado novamente um projeto de lei que regularia a venda da **soda cáustica** para uso doméstico, venda indiscriminada, essa, que tão trágicas conseqüências traz a inocentes crianças.

Projetos leis anteriores foram apresentados pelos Exmºs Srs. Deputados Federais do Paraná: Ardinál Ribas, Arnaldo Busato e Arthur Santos.

Pedimos a V. Exª que preste seu apoio irrestrito a esse projeto de lei, e, sem avisar ideologias partidárias, envide seus esforços para que desta vez seja aprovada uma lei que tantos sofrimentos desnecessários haveria de evitar.

Certos da colaboração total de V. Exª antecipamos os nossos mais calorosos agradecimentos, **Ludovico Rydygier, Presidente.**"

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM Sem revisão do orador) — Sr Presidente, Srs. Congressistas, o ilustre Comandante Manoel Abud, Superintendente da SUNAMAM, hoje discutiu assunto de alto interesse perante a Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados. Queremos aplaudir o seu trabalho. Ao mesmo tempo, estamos lutando para resolver em parte a questão dos transportes na Amazônia brasileira. O que me chamou a atenção é que no sul do País — no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul — quando se trata deste assunto, diz-se que a Amazônia está atendida, que o problema de transporte foi resolvido, porque os navios estão passando em Belém, Santarém e Manaus. Não é culpa deles, propriamente: é uma questão de desconhecimento da realidade. E o interior do Amazonas? Temos 43 Municípios, se excluímos Manaus. Para visitar alguns deles, viajamos 15,16 dias, de embarcação, subindo o rio, na volta, gastamos 14, 15 dias. Então, Santarém, Belém e Manaus estão bem servidos por navios e parece tudo resolvido. Não. No Estado do Amazonas temos regiões grandemente necessitadas de transporte.

Deixo um apelo não só ao Comandante Manoel Abud, Superintendente da SUNAMAM, mas ao próprio Governo, para que o interior da Amazônia seja servido por transportes regulares. O hinterlandino, os doentes, os funcionários, os clínicos, os juizes, os pregadores, os professores, todos, enfim, precisam de transporte regular, contínuo, moderno.

O segundo assunto que me traz à tribuna, ilustre Presidente, é a tese de que a Amazônia vai para a frente. Vai mesmo. Haja o que houver, temos de ir para a frente. Não só porque temos a cassiterita, o ouro, o cobre, o zinco e o nióbio, mas porque o destino da Amazônia é o de ir para a frente, com o MDB. Se não for para a frente com a ARENA, irá, custe o que custar, com a Oposição vitoriosa, agora, e, mais tarde, no Poder Federal e Estadual.

Leio o que publica o **Correio Brasileiro** de hoje:

“PRÁ FRENTE AMAZÔNIA

O Projeto RADAM mudou inteiramente a vocação da Amazônia. Ninguém pode mais admitir que o destino dessa região seja o de produzir (de graça) oxigênio para o mundo poluído. As últimas descobertas do RADAM estão sendo avaliadas e incluem ouro no rio Tapajós, carbonato com possibilidade de nióbio e zinco e cobre no morro dos Seis Lagos, cassiterita na serra dos Surucucus e bauxita em Paragominas. A Amazônia, sim, é uma região que vai prá frente.”

O último ponto que quero abordar é uma denúncia de um jornalista sobre a ludibriação no caso dos preços e de mercadorias, mercados e supermercados das nossas cidades, dos nossos Estados ou do nosso País.

Eis o que ele diz:

“Apresentando filmes, fotografias, gravações e embalagens de diversos produtos, para mostrar como o povo é ludibriado diariamente no comércio varejista, o jornalista Paulino Goulart, ao depor ontem na CPI do Consumidor, convocou os Deputados membros da comissão a orientarem os trabalhos investigatórios unicamente no sentido de apurar os meios utilizados pela indústria e comércio para enganar a população consumidora.

Após presenciar na semana passada dois depoimentos, na CPI, dos Presidentes da COPERSUCAR E COPERFLU, que inclusive foram classificados de “muito genéricos”, pouco servindo para ajudar a resolver o problema, disse Paulino que “o consumidor brasileiro vem sendo furtado abertamente no peso, no preço e na qualidade dos diversos produtos que adquire no varejo, nas grandes cidades”.

Autor de várias campanhas de defesa do consumidor, o jornalista, que tem um programa de rádio numa emissora carioca, levou aos membros da CPI várias latas e vasilhames com o preço raspado a canivete, nas embalagens e outro preço por cima. Embalagens com três ou quatro etiquetas

superpostas, cada uma delas correspondendo a uma elevação de preços.

Paulino Goulart afirmou que nas grandes cidades “a gente sempre paga um quilo, mas nunca leva mais de 800 gramas, sem que ninguém tome uma providência” referindo-se ao arroz vendido em várias capitais, comentou que este “é um caso de polícia”, porque “empacotado como amarelão extra, na verdade não é nem agulha, numa burla total aos compradores”.

O depoente deixou na secretaria da comissão fitas magnéticas com gravações de depoimentos de varejistas, atacadistas e até feirantes, mostrando as diferenças de preços cobrados por um determinado produto.”

Que se medite nas pesquisas do jornalista Paulino Goulart. Que se clame para que o Poder Público aja, educando, corrigindo, fiscalizando, atuando. O povo não pode ficar à mercê dos exploradores. Além da carestia desenfreada, a ludibriação vergonhosa! Não, não, não. O Governo tem que agir, patrioticamente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as eleições Municipais deste ano, em Niterói, assumem proporções históricas, pois esta é a primeira vez, depois de a cidade ter perdido sua condição de Capital do Estado, que um pleito desta natureza será ali travado.

Para Niterói é indispensável a eleição de um Prefeito perfeita e inteiramente identificado com a cidade e seus problemas, como é o caso do Vereador Adilson Lopes, postulante ao cargo pela ARENA.

Conheço Adilson Lopes de suas lutas em favor de Niterói. Atuando como um gigante, na Câmara Municipal fez do seu mandato verdadeiro sacerdócio e indeclinável paixão, dando-se inteiramente ao trabalho da edilidade, vivendo a vereança e a cidade como poucos são capazes de fazer nos dias de hoje.

Sr. Presidente, em Adilson Lopes vejo um jovem que confia na carreira de homem público, que aceita os desafios da política e crê na participação do homem neste contexto como uma real necessidade, buscando servir à coletividade e fazer alguma coisa de útil por ela.

Desprezando uma reeleição tranqüila e fácil para a Câmara Municipal, Adilson Lopes se lança às ruas como candidato a Prefeito de Niterói e, com satisfação e confiança, venho recomendando o seu nome aos meus amigos e eleitores de Niterói.

Espero vê-lo eleito pelo povo esclarecido da “Cidade Sorriso”. E, acontecendo este fato, Niterói terá à frente do Poder Executivo um jovem político que conhece palmo-a-palmo sua cidade, localizando qualquer rua pelo seu nome, descrevendo em mínimos detalhes o posicionamento da rede de água e esgotos, suas deficiências e pontos nevrálgicos e apontando soluções exequíveis.

Elegendo Adilson Lopes, Niterói estará escolhendo o melhor Prefeito, que conhece os morros da cidade, um a um, desde o Caramujo e limites com Baldeador, Tribobó e Paciência, até chegar a Pendotiba e Itaipu. Adilson Lopes sabe dos problemas de Santa Rosa, Icaraí, São Francisco, Charitas e Jurujuba. Adilson Lopes vive os dramas da Engenhoca, do Barreto, e do Fonseca, e sabe como solucionar cada um deles. Adilson Lopes vive as dificuldades do centro niteroiense e dos bairros próximos ao congestionamento urbano.

Por isso apóio o seu nome e estou certo de sua eleição para Prefeito de Niterói.

E nesta certeza me firmo, pois não podem a nem devem os niteroienses entregarem o destino de sua cidade a mãos de estranhos à comunidade, agora lançados candidatos, movendo eleitores ante apelos sentimentalistas ou meramente demagógicos.

Candidatos há, em Niterói, que a nada renunciam. Se perderem, voltarão para a Assembléia Legislativa ou para esta Câmara Federal. Adilson Lopes corre o risco de ficar sem mandato e se oferece como

opção aliás a melhor, entre os nomes que figuram como postulantes ao cargo de Prefeito da cidade de Niterói.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Freire.

O SR. GERALDO FREIRE (ARENA — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Estado de Minas Gerais está pesaroso com uma dolorosa notícia. Faleceu, nos primeiros minutos da madrugada de hoje, um dos melhores espíritos públicos que Minas Gerais possuía: o jovem Secretário do Planejamento, Prof. Paulo Camilo de Oliveira Penna. Apesar de contar poucos anos de vida, ele bem soube desempenhar o papel que Deus destina a cada um de nós nesta existência.

Já no Governo de V. Ex^a, Sr. Presidente Magalhães Pinto, foi ele Secretário Particular do Governador e desempenhou essas funções com aquele carinho, com aquela capacidade, com aquela dedicação empregadas em todas as atividades que exerceu durante sua existência. Mais tarde, foi o primeiro Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, também no Governo de V. Ex^a. Entregou-se, depois, às atividades profissionais, como professor. Recentemente, foi convidado pelo eminente Governador Aureliano Chaves para exercer uma das Pastas de maior importância no novo surto de desenvolvimento por que passa o Estado. Foi-lhe entregue justamente a Secretaria de Planejamento, tal a confiança que o Estado e o Governo nele depositavam.

Paulo Camilo soube atuar com dinamismo, dedicação e espírito público, qualidades que eram dele inseparáveis. Foi a terceira vez que sofreu enfarto do miocárdio. Agora, sua vida se extinguiu. Dispusera-me a vir a tribuna em nome próprio, mas alguns Deputados da bancada da ARENA de nosso Estado pediram-me para que falasse também por eles, com a explicação de que se não o fizemos durante a Sessão de hoje da Câmara dos Deputados foi porque a notícia já nos chegou um pouco tardia. Nem tempo tivemos de ir a nosso Estado para, assistindo aos funerais, prestar uma última homenagem de admiração, de henquerença e de saudade àquele que a soube merecer, pelo carinho com que amou a nossa Pátria, pelo talento que empregou no benefício dela, pela cultura que adquiriu na sua vida e, sobretudo, pelo tato admirável com que soube angariar amizades.

Aqui, fica Sr. Presidente, nestas rápidas palavras, a profundidade de nosso sentimento de saudade que a ele devotamos. Ao Governador Aureliano Chaves e à família enlutada, os nossos sentidos pêsames. Minas Gerais perdeu, no dia de hoje, um dos seus mais formosos talentos e um dos seus mais dedicados servidores.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 — Lei do Serviço Militar — estabelece que, em tempo de paz, as mulheres ficam isentas do Serviço Militar; e de conformidade com suas aptidões, em tempo de guerra estariam sujeitas aos encargos do interesse da mobilização (art. 2º, § 2º).

Ao disciplinar o adiamento de incorporação, determinou que esse poderia verificar-se pelo tempo correspondente à duração do curso, para os que estivessem matriculados em Institutos de Ensino destinados à formação de sacerdotes e ministros de qualquer religião ou de membros de ordens religiosas regulares.

Nenhuma referência expressa à isenção dos já habilitados à prestação dos serviços da Igreja. Nenhuma ressalva fazia aos eclesiásticos, nem aos dispensados.

A Constituição, na redação inaugural, de 24 de janeiro de 1967, ordenou no art. 93:

“Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas da lei.

Parágrafo único. As mulheres e os eclesiásticos, bem como aqueles que forem dispensados, ficam isentos do serviço militar, mas a lei poderá atribuir-lhes outros encargos.”

Por esse texto se verifica que as mulheres, os eclesiásticos e os que viessem a ser dispensados estavam isentos do Serviço Militar, mesmo em tempo de guerra.

Mas a matéria em foco tornaria a sofrer nova modificação.

Quando os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar promulgaram a Emenda Constitucional nº 1, na Seção VI, do Capítulo VII, do Título I, ao cuidar das Forças Armadas, ao art. 92 imprimiram a seguinte redação:

“Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional, nos termos e sob as penas da lei.

Parágrafo único. As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.”

Os dispensados perderam o direito à isenção, como se deduz da leitura do texto vigente. E as mulheres e os eclesiásticos estão obrigados à prestação do serviço militar em tempo de guerra.

Nos tempos de paz, os eclesiásticos e as mulheres terão de cumprir os encargos que a lei ordinária vier a lhes cometer.

Todavia — justiça seja feita — as mulheres brasileiras, de que tanto nos honramos, transformaram esse assunto numa reivindicação. Em suas promoções pela igualdade absoluta com os homens, pela integração total no desenvolvimento sócio-econômico e cultural do País, e por sua contribuição para a permanência da paz, passaram a encarecer dos legisladores pátrios a regulamentação do dispositivo constitucional inscrito no art. 92, que lhes impõe a prestação de encargos pertinentes à Segurança Nacional, em tempos de paz.

Desejam elas ser úteis ao País, e detêm condições para sê-lo.

Em 1971 o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil encaminhou a S. Ex^a, o Presidente Emílio Garrastazu Médici, memorial sugerindo a criação do Serviço Cívico Feminino, para jovens de 18 a 21 anos, a ser desenvolvido nos setores da educação e saúde.

O I Congresso Nacional de Mulheres, promovido pelo Conselho em 23 de outubro de 1972, na cidade do Rio de Janeiro, além de aprovar aquela iniciativa, sugeriu que as mulheres egressas dos cursos universitários tivessem aproveitadas suas qualificações no Serviço Cívico Feminino e que se abrisse um voluntariado às instituições femininas de utilidade pública, a fim de cooperarem, efetivamente, no desenvolvimento comunitário.

Manifestações tão sinceras e tão dignas de nosso acatamento acabaram por nos sensibilizar sobremaneira, impelindo-nos à temerária tarefa de elaborar um projeto de lei, sobre a matéria.

Como se encontram as mulheres com os eclesiásticos na mesma disposição constitucional, encontram-se eles sobre os mesmos cuidados, conjuntamente, em nossa proposição legislativa.

Entendemos que compenetrar os cidadãos brasileiros de seus deveres para com a comunidade e de suas obrigações para com a Pátria é prepará-los para os encargos com a Segurança Nacional.

Por que atribuímos aos eclesiásticos a prestação do Serviço Social em substituição ao Serviço Militar?

É que, em nossa concepção, o Serviço Social constitui-se de um conjunto de princípios filosóficos e normas científicas que, aplicadas mediante técnicas próprias, têm por finalidade promover melhor adaptação dos indivíduos e dos grupos a seu ambiente social e orientar cada comunidade para resolver seus problemas de adaptação a uma sociedade em incessante transformação

A nosso ver, o Serviço Social consiste:

— por sua própria dinâmica, em fazer “com” os indivíduos, os grupos e as comunidades e não “para” eles;

— em ir as causas dos problemas para resolvê-los, e não apenas atuar sobre seus efeitos.

Presentemente, entre nós, o Serviço Social é exercido pelos Assistentes Sociais, que são formados em curso superior e detêm profissão regulamentada.

Segundo os **experts** na matéria, o Serviço Social utiliza três processos:

I — Serviço Social de Casos — que é a ação dinâmica mútua entre o Assistente Social e o cliente, deliberadamente usada para que os problemas e desajustes que afetam o indivíduo e sua família possam ser solucionados pelo desenvolvimento de suas próprias potencialidades e pelo conhecimento e utilização dos recursos oferecidos pela comunidade;

II — Serviço Social de Grupo — que se serve do relacionamento, das atividades e da organização democrática de um grupo, como meio para desenvolver a personalidade de cada um de seus membros e dar-lhes uma oportunidade de se exercitar na vida social.

III — Desenvolvimento e Organização de Comunidade — que é a intervenção deliberada e metódica do Assistente Social, em conjunto com outros técnicos, no sentido de obter a participação dos membros de uma comunidade para um trabalho cooperativo, a fim de se valerem de recursos humanos, naturais, financeiros e culturais, com o objetivo de ajustar a vida da comunidade ao processo de mudança social.

A nosso sentir, dispõe o eclesiástico de perfeitas condições para o desempenho dessas tarefas. A propósito, releve lembrar que no currículo da formação do eclesiástico poderá ser incluída a matéria, se é que ela não figura.

Entrado em vigor o diploma legal conseqüente desta propositura, serão as mulheres convocadas para a prestação dos encargos que lhes são cometidos. As não chamadas a prestá-los comparecerão perante os órgãos de execução do Serviço Militar das Forças Armadas, recebendo, nesse ensejo, a indicação das tarefas que lhes estão reservadas, para serem desenvolvidas durante o prazo de doze meses. As que se furtarem a essa obrigação estarão sujeitas às penalidades que terão seu elenco no respectivo Regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo. As mesmas penas serão cominadas para os eclesiásticos descumpridores de qualquer dispositivo da lei.

Os eclesiásticos prestarão Serviço Social aos indivíduos, aos grupos e à comunidade do local para o qual forem designados. As mulheres, os encargos que figurarão em rol a ser fixado pelos órgãos de planejamento do Serviço Militar. E as diplomadas exercerão encargos relativos às suas superiores qualificações.

Haverá um certificado de prestação dos encargos da Segurança Nacional, que servirá de comprovante para a computação do prazo correspondente para contagem como tempo de serviço para efeito de aposentadoria.

Estas as normas que nos ocorreram para a determinação legal dos encargos, em tempo de paz, a serem desempenhados consoante expresse ordenamento constitucional.

Outras mais e o aperfeiçoamento da distribuição destas no contexto do nosso projeto ficam à espera de quantos Parlamentares desejem colaborar.

Além de deixar mais um mandamento constitucional regulamentado mediante lei ordinária, com nossa iniciativa estamos atendendo a insistentes apelos de inúmeras brasileiras.

Confiamos, portanto, em que a propositura venha a receber o apoio de que necessita para sua conversão em lei.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste Plenário, destinada à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1976.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, das Propostas de Emenda à Constituição números:

23, de 1976, que acrescenta dispositivos ao Título V — Disposições Gerais e Transitórias, da Constituição Federal; e 25, de 1976, que altera a redação do art. 103 da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 79, de 1976-CN, da Comissão Mista, pela rejeição das Propostas, com voto vencido, em separado, do Deputado Santilli Sobrinho.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As matérias constantes da Ordem do Dia exigem **quorum** qualificado para deliberação. Sendo evidente a falta de número em Plenário, a Presidência deixa de submetê-las a votos.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 19 horas e 20 minutos.)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

- nº 1, de 1969,**
- nº 2, de 1972,**
- nº 3, de 1972,**
- nº 4, de 1975,**
- nº 5, de 1975, e**
- nº 6, de 1976.**

EDIÇÃO 1976

(formato bolso)

130 páginas

Preço: Cr\$ 10,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar.

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50